

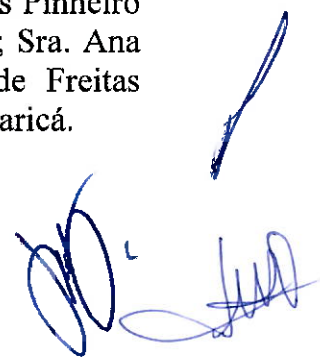
ATA DA REUNIÃO INTEGRADA DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO BLOCOS 1, 2, 3 E 4.

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às 14h, na Rua Av. Rio Branco, Nº 277 – 4º andar, Faculdade Instituto Rio de Janeiro (FIURJ) no Centro do Rio de Janeiro, e por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, realizou-se a Reunião do Comitê de Monitoramento, instaurado para exercer o controle social através da participação no processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto no Anexo XII dos Contratos de Concessão.

Participantes (presencial): Sr. Adacto Benedicto Ottoni; Sra. Tatiana Quintela de Azeredo Bastos, do Instituto de Direito Coletivo – IDC; Sra. Natasha Berendonk Handam, da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; Sr. Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SEAERJ; Sra. Ilca Lopes Bezerra, dos Usuários do Serviço (Domésticos); Sr. Jose Stelberto Porto Soares, do Clube de Engenharia; Sra. Gilda Balttar, da Agenersa; Sr. Marcelo Bogo, da AGENERSA; e Sra. Renata Ramos Austim, da AGENERSA.

Participantes (online): Dra. Gisela Pequeno, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MP-RJ; Sr. Saulo Azevedo Nolasco, Itaperna/RJ (Nordeste/Norte Fluminense); Sr. Bruno Alves de França, da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE RJ; Sr. Morvan Nobre, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SEAERJ; Sra. Gabriela Gomes Laia da Silva, estagiária e pesquisadora da ENSP/Fiocruz; Sra. Mônica Maria Pena, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Dra. Fernanda Nicolau, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MP-RJ; Sr. Mario Porto, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA; Sra. Elisa Sesana, do Observatório do Saneamento de Maricá/RJ; Sr. Ricardo Barbosa, do Município de Paty do Alferes; Sr. Marcelo Bezerra, de Paty do Alferes; Sra. Ericka kathellin Amaro/consumidora; Sr. Frederico Ayres Pinheiro - SEMAM/Nova Iguaçu; Sr. Marcelo Guimarães Araújo – FIOCRUZ; Sra. Ana Dalva de Oliveira Santos, da Fiocruz/Rede); Sr. Alex da Silva de Freitas (Fiocruz/Rede); e Sr. Anderson Ferreira de Rezende, da SANEMAR/Maricá.

A pauta da reunião, que foi anteriormente divulgada, era:

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and a smaller one on the right.

Expediente

1. Leitura da regra da reunião.
2. Leitura do expediente.
3. Aprovação da ata da reunião de outubro de 2024.
4. Comunicações de interesse geral do COMITÊ DE MONITORAMENTO.

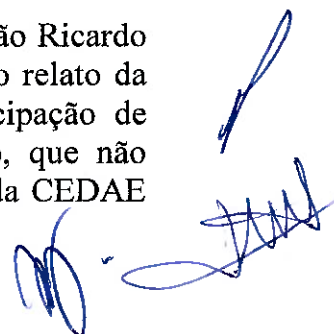
Ordem do Dia:

1. Espaço dos Usuários;
2. Cartilha do consumidor;
3. Vacâncias;
4. Assuntos Gerais.

Logo, a reunião é presidida pelo Sr. Licinio Machado Rogério, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM-RIO, do Bloco 1, com as participações dos presidentes: Sr. Eduardo Figueira, da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca – CCBT, do Bloco 2; Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM-RIO, do Bloco 3; e Sr.^a Adriana Sotero Martins, da Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz, do Bloco 4.

A Sra. Adriana Sotero, presidente do Bloco 4, informa que o Sr. Licinio M. Rogério está a caminho e, provisoriamente, assume a condução da reunião. Inicia comunicando orientações sobre a atualização dos integrantes e solicita que eventuais substituições ou desligamentos sejam informados por e-mail à Renata, ou à Secretaria da Agenesra, incluindo telefone, bloco e instituição representada, para fins de registro e inserção nos grupos de WhatsApp dos comitês de monitoramento. Destaca que a inclusão nos grupos somente ocorrerá mediante autorização do próprio integrante.

Ao iniciar o item de pauta “1. Espaço dos Usuários;” o presidente João Ricardo Serafim, do bloco 3, informa que o espaço do usuário é destinado ao relato da audiência pública em Pinheiral, a primeira no interior, com participação de autoridades locais, moradores e da empresa Rio Mais Saneamento, que não atende adequadamente alguns municípios e ainda recorre a serviços da CEDAE



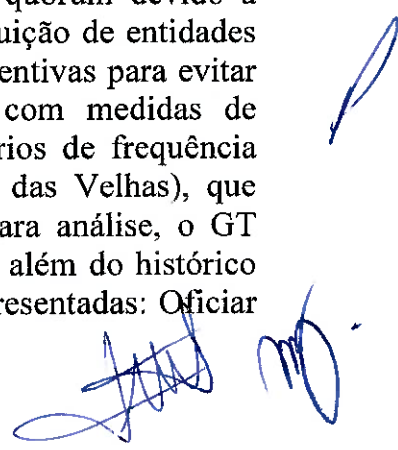
por falta de mão de obra especializada. Explica que o comitê não pôde participar por falta de recursos, mas o diretor sindical Mário Porto esteve presente, levado pela Comissão de Água e Saneamento da Câmara de Deputados do RJ. Menciona que o representante da Agenera, Sr. Robson Cardinelli, também esteve na audiência. A Sra. Adriana Sotero solicita que os participantes virtuais registrem no chat o nome, a instituição e o vínculo de participação, para o registro em ata. A palavra é cedida ao Sr. Mário Porto dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro - SINTSAMA, que, por sua vez, relata que participou da audiência pública em Pinheiral, organizada pelo Deputado Jari. Destaca a presença de autoridades, da empresa Rio Mais Saneamento e da população, que teve voz ativa para expor os problemas. Ressalta que a empresa não apresentou soluções definitivas, apenas paliativas, e em vários momentos a população se exaltou, chegando a gritar em coro “fora Rio Mais Saneamento”. Ele questiona a qualidade da água, que chega imprópria às casas, e a falta de equipes de manutenção no município, obrigando moradores a depender de equipes de Itaguaí. Conclui que a audiência foi negativa para a empresa, pois evidenciou sua incapacidade de prestar serviços adequados, e critica a postura da Agenera, que defendeu mais a empresa do que fiscaliza. Afirma que a repercussão é favorável à população e pode gerar desdobramentos negativos para a concessionária. O presidente Licínio Machado Rogério, presidente do bloco 1, afirma que o posicionamento da Agenera na audiência não surpreende, pois, a agência defende interesses privados, assim como o Governo do Estado, em detrimento da população. Ele sugere que audiências como a de Pinheiral também ocorram em outros municípios, citando Piraí como exemplo de local insatisfeito com a situação. Encerra-se o item “1. Espaço dos Usuários;” da pauta.

Em relação ao item da “Aprovação da ata da reunião de outubro de 2024.” O presidente João Ricardo esclarece que, se não houver quorum para votar as atas hoje, elas ficarão para a próxima reunião em que houver quórum mínimo. Ressalta que as vacâncias estão comunicadas desde a reunião passada nesse sentido. A Sra. Adriana Sotero lembra que já foi definido em reunião anterior que, na falta de quorum, será adotado o quorum mínimo em todas as reuniões. Defende dar sequência à ordem do dia, com a aprovação da ata da reunião de outubro. O Sr. Licínio M. Rogério propõe consultar a plenária, lembrando que ela é soberana, e pergunta se alguém se opõe à votação da ata no momento. O Sr. João Ricardo sugere aguardar a chegada de mais participantes, passando para outro ponto da pauta antes de encaminhar a votação. A decisão, por ora, é aguardar a presença de mais membros.

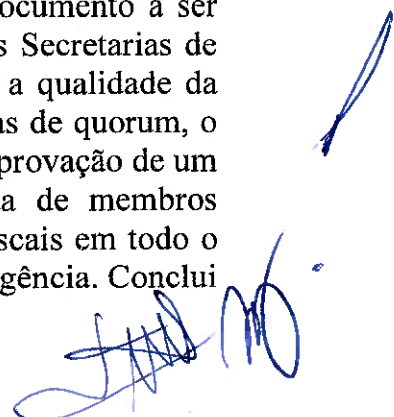


Iniciando o item de pauta “2. Cartilha do consumidor” a Sra. Adriana Sotero explica que a cartilha, impressa pela Agenera, é um informativo dos Comitês de Monitoramento em relação ao contato dos usuários com as concessionárias. Orienta que, em caso de reclamação, o usuário deve primeiro abrir protocolo de atendimento e registrar a tentativa de contato, preferencialmente com registro de tela ou pelo WhatsApp. Se o problema persistir por mais de 24 horas, deve acionar a Agenera e, simultaneamente, os canais de defesa do consumidor e da Defensoria Pública. O presidente do bloco 2, Sr. Eduardo Figueira, da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, elogia o material da cartilha e sugere a disponibilização em formato digital para facilitar a divulgação, especialmente em condomínios. O Sr. João Ricardo apoia a ideia e propõe que o arquivo seja enviado a todos os membros dos Comitês, ressaltando que o objetivo é garantir a distribuição em locais estratégicos, como agências de atendimento das concessionárias e espaços de defesa do consumidor, além das contas de água. Explica que a intenção é formalizar uma resolução junto à Agenera para incluir essas informações diretamente nas contas dos usuários e nos pontos de atendimento. A Sra. Adriana Sotero acrescenta que o material também deve estar disponível nos canais da própria Agenera. O Sr. Eduardo Figueira reforça que o mais importante é que chegue ao consumidor final. O Sr. Licínio M. Rogério comenta que a ausência dessas medidas representa um vexame para as companhias de água. O presidente João Ricardo Serafim conclui que, apesar de críticas, a Light ainda é referência nacional em organização e que esse modelo deve servir de exemplo para as concessionárias de saneamento, destacando a necessidade de cartazes e panfletos em locais de atendimento e órgãos de defesa do consumidor. A Sra. Adriana Sotero destaca a importância de enviar o material também para a imprensa nacional e estadual, já que muitas reportagens não informam corretamente os canais oficiais de reclamação. Sr. Licínio M. Rogério sugere imprimir o conteúdo em formato A3 para afixar em todas as agências de atendimento das concessionárias. O Sr. João Ricardo complementa que esse encaminhamento deve ser feito como resolução da Agenera, ressaltando que o papel do comitê é monitorar, com apoio da população, e não fiscalizar diretamente. Encerra-se o item “2. Cartilha do consumidor” da pauta.

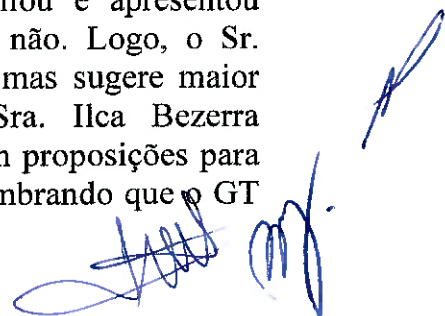
Iniciando o item “3. Vacâncias” da pauta, a Sra. Ilca Lopes Bezerra, dos Usuários do Serviço (Domésticos), apresenta o primeiro relatório do GT Vacância, dividido em duas partes. Nesta etapa inicial, o grupo analisou as frequências dos membros com direito a voto, identificando dificuldades de quorum devido à elevada ausência. Foram propostas medidas imediatas: substituição de entidades ausentes, abertura de novo edital pela Casa Civil e ações preventivas para evitar reincidência. Um segundo relatório ainda será elaborado com medidas de mitigação. O relatório também trouxe como referência critérios de frequência adotados por outros comitês (Guandu, Paranapanema e Rio das Velhas), que variam em rigor quanto à exclusão de membros faltosos. Para análise, o GT considerou presença mínima de duas reuniões em seis meses, além do histórico desde abril de 2023. Três recomendações principais foram apresentadas: Oficiar



membros com baixa frequência (AGEVAP, ANAGEA, ALMA, AMAB, ABIH/RJ, FECOMERCIO, STAECNON, IDC, SENG, SOS Lagoa, Conselho Estadual de Recursos Hídricos), solicitando manifestação em uma semana. Sem resposta ou com negativa, será aberta vacância para substituição por entidades da mesma categoria; Solicitar à Casa Civil a anulação da posse de entidades sem nenhum registro de participação nas 42 plenárias (AMOUR, Patrícia Pereira da Silva de Oliveira, AMUIG, ANCADE e Grupo Alfazendo); e por fim, a Sra. Ilca propõe a renovação automática das entidades que efetivamente participam e contribuem, sem necessidade de novo pedido. Ela ressalta que algumas entidades precisam formalizar representantes e que a baixa frequência prejudica o funcionamento do comitê, reforçando a importância da participação efetiva. A Sra. Adriana Sotero dá prosseguimento à apresentação, destacando que em 2024 já havia feito um levantamento sobre representantes dos municípios e a necessidade de avaliar a renovação das inscrições. Observa que alguns municípios nunca indicaram titular ou suplente, mesmo com a concessão, e que o GT foca em resolver o problema do quorum. Explica que, quando houver edital, os municípios poderão se inscrever ou renovar como os demais membros votantes. A apresentação mostra tabelas com a avaliação de frequência dos membros votantes, de 2023 a 2024, detalhando cada caso e a sequência das plenárias. A Sra. Ilca Bezerra complementa que, dos 33 membros votantes, apenas 10 estão presentes e 17 comparecem a menos de um terço das plenárias, dificultando a deliberação, que exige pelo menos 50% de presença. Ressalta que alguns membros participam de apenas uma a cinco plenárias das 42 realizadas, o que prejudica o funcionamento do comitê. Destaca que há mecanismos para garantir representação, como suplentes ou substituições temporárias, exemplificando o caso do IDC, que indicou representante substituto em reuniões recentes. A Sra. Adriana Sotero agradece ao GT pelo levantamento realizado e apresenta o relatório, destacando que a Assembleia de Prestação de Contas depende da entrada de novos membros. Manifesta seu voto favorável às recomendações do GT, que permitem encaminhar à Casa Civil a proposta de novo edital para inscrição de membros, garantindo participação na Assembleia, eleição de cargos e revisão do regimento interno. Ressalta a importância da metodologia do GT, que considera a participação em outras instâncias, e lembra que o regimento atual é omissivo sobre ausência não justificada, devendo a plenária decidir nesses casos. Destaca que o edital também deve contemplar os municípios, permitindo a participação dos novos representantes nos comitês. O Sr. João Ricardo ressalta que as prefeituras precisam organizar os Comitês de Titulares, pois, sem essa participação, não é possível atuar em defesa do consumidor e da gestão da água e saneamento. Sugere que o documento a ser encaminhado à Casa Civil inclua membros dos PROCONs e das Secretarias de Meio Ambiente, que realmente podem contribuir para melhorar a qualidade da água e garantir preços justos. Destaca que, mesmo com problemas de quorum, o Comitê avançou em identificar falhas das empresas privadas e a aprovação de um acordo de cooperação com a Agerensa não ocorreu por falta de membros suficientes. Lembra que a fiscalização é limitada, com poucos fiscais em todo o estado, e exemplifica Pinheiral, onde a população desconhece a Agência. Conclui

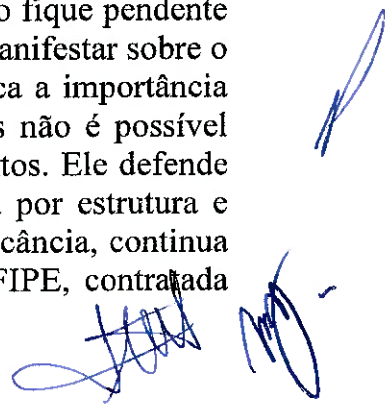


que é necessário retomar a questão das vacâncias, substituindo membros ausentes, para fortalecer o comitê e cobrar das prefeituras ações efetivas sobre água e saneamento. A palavra é cedida ao Sr. Ricardo da Conceição Barbosa, do Município do Paty do Alferes, que, por sua vez, sugere que, ao oficializar as prefeituras, a prioridade seja indicar servidores de carreira efetivos, além de representantes do Meio Ambiente e do PROCON. Ele explica que servidores efetivos ajudam a reduzir interferências políticas, garantindo maior participação e autonomia nas decisões dos Comitês. A Sra. Ilca explica que, para avaliação do quorum, consideram-se 50% das entidades com membros votantes. Em plenárias integradas, basta que um representante da entidade esteja presente, independentemente de qual bloco pertença, para computar o quorum. Destaca que membros opcionais não entram na contagem e que, mesmo assim, ainda é difícil atingir o quorum. Ela cita o exemplo do Clube de Engenharia, que mantém representação apesar de nem sempre todos os representantes estarem presentes. A palavra é cedida a Sra. Mônica Maria Pena, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, que questiona os 33% de presença, destacando também a participação do professor José Paulo e pedindo confirmação se ambas as presenças foram registradas corretamente. A Sra. Ilca esclarece que a contagem de presença é feita para a entidade, conforme já explicado. Portanto, o presidente Licínio M. Rogério propõe votação para aprovação do relatório. Imediatamente, o Sr. Morvan Barreto Nobre, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SEAERJ, pede que a Sra. Ilca repita os critérios de frequência, e a Sra. Ilca explica que o critério principal é a presença em pelo menos duas das últimas seis plenárias; quem participou de uma ou nenhuma será notificado por ofício, com prazo de uma semana para confirmar interesse e indicar representantes, sob pena de vacância. Ela acrescenta que, além desse critério, foi feita uma análise geral das 42 plenárias para validar a frequência. O Sr. Morvan confirma que, na prática, há dois grupos: entidades sem nenhuma presença desde a posse, que terão a inscrição cancelada, e aquelas com baixa frequência recente, que receberão a carta de notificação. A presidente Adriana Sotero informa que o apoio da Agerensa já enviou e-mails solicitando a atualização dos nomes a todas as instituições, não apenas às 12 listadas, e que cinco vagas já estão confirmadas no novo edital. Essas cinco pertencem ao segundo grupo, enquanto as outras 12 do primeiro grupo ainda dependem de resposta das entidades, que, até o momento, não responderam, apesar do prazo já estar correndo. O presidente Eduardo Figueira destaca que a situação de vacância é maior do que aparenta, reforçando o teste de consistência. Sra. Adriana explica que, no total, provavelmente haverá 17 novas vagas. O Sr. Morvan questiona se o critério adotado valerá também para o futuro. O Sr. João Ricardo esclarece que a decisão final cabe à Casa Civil, cabendo ao grupo apenas recomendar. Adriana Sotero reforça que o GT elaborou uma metodologia, avaliou e apresentou recomendações, e que o coletivo deve votar se aprova ou não. Logo, o Sr. Morvan concorda com os critérios para situações passadas, mas sugere maior rigor para o futuro, possivelmente em regimento. A Sra. Ilca Bezerra complementa que o GT apresentará um segundo relatório com proposições para evitar novas ocorrências de vacância. Sra. Adriana finaliza lembrando que o GT

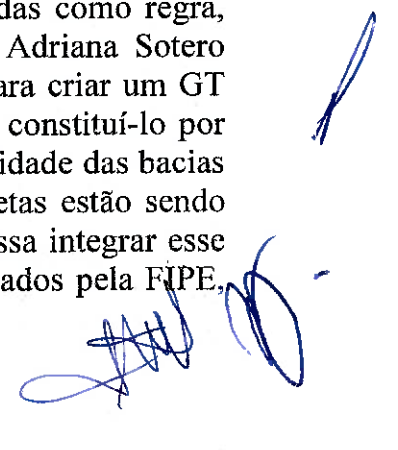


não se encerra com este relatório, mas seguirá ativo para recomendar ajustes no regimento. A votação atual busca encaminhar à Casa Civil a abertura de novas inscrições, permitindo que os novos membros participem de assembleias, candidaturas e votações, ampliando a representatividade da sociedade. Ela já declara seu voto favorável ao trabalho do GT. O Sr. Licínio M. Rogério considera o tema suficientemente discutido e encaminha à votação. Não havendo manifestações contrárias ou abstenções, o relatório é aprovado por unanimidade. Ele informa que será dado andamento às providências para melhoria dos comitês e questiona se Ilca deseja acrescentar algo. O presidente Eduardo Figueira agradece ao GT pelo excelente trabalho, destacando a liderança da Sra. Ilca. Ressalta que a votação foi concluída com êxito. Em seguida, pede desculpas e informa que precisará se ausentar por motivos profissionais, reforçando que o encaminhamento já está votado. A Sra. Ilca agradece o levantamento feito por Adriana, ressaltando sua importância para suprir lacunas na checagem de presenças. Explica que esse controle é trabalhoso, pois a lista de participantes no Zoom é dinâmica e nem sempre coincide com o registro no chat, o que dificulta a comprovação. Sugere apoio da área de Informática da AGENERSA para gerar relatórios automáticos de participação. Reforça que, ao ingressar na reunião, cada participante deve informar não só o nome completo, mas também a entidade que representa, já que a presença conta para o quorum e para a validade das deliberações. Destaca que, embora pareça detalhe burocrático, esse procedimento é essencial para o funcionamento adequado das plenárias. O Sr. Licínio M. Rogério ressaltava a dedicação da Sra. Renata, da Agenera, que exerce a função de secretária dos comitês, registrando seu agradecimento pelo apoio prestado. A Sra. Mônica parabeniza o trabalho realizado por Ilca, Adriana e demais participantes, destacando a dedicação de todos. Explica que, devido a compromissos profissionais às terças-feiras, participa geralmente de forma remota, embora prefira estar presencialmente, pois considera a experiência mais intensa e produtiva. Ressalta a importância da alternativa híbrida para garantir a presença, mesmo que virtual, e manifesta satisfação em rever os colegas, deixando um abraço a todos. Diante do exposto, fica encerrado o item “3 - Vacâncias” da pauta.

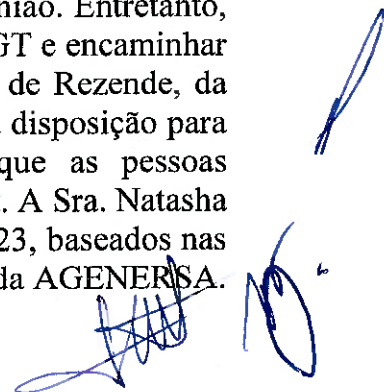
Em seguimento ao item “4. Assuntos Gerais.” A presidente Adriana Sotero lembra que o termo de cooperação com a AGENERSA já vem sendo discutido desde setembro de 2024, com várias contribuições registradas no drive. Explica que, na última reunião, decidiu-se deixar a deliberação para esta reunião, após as devidas modificações. Propõe, entretanto, que o encaminhamento fique pendente até a entrada dos novos membros, para que também possam se manifestar sobre o termo, considerando isso mais justo. O Sr. João Ricardo destaca a importância de resolver primeiro a vacância, pois sem membros suficientes não é possível assumir novos compromissos nem desenvolver trabalhos conjuntos. Ele defende que, com mais pessoas atuando, será possível fortalecer a luta por estrutura e apoio. A Sra. Adriana Sotero destaca que, além do GT sobre vacância, continua em andamento o GT-FIPE, que analisa os dados da empresa FIPE, contratada



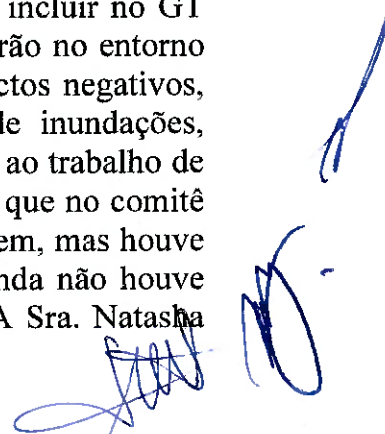
pela AGENERSA como verificador e certificador independente nos contratos de concessão. Cita que a FIPE avalia dados das concessionárias, obras e indicadores, consolidando-os em relatórios mensais e anuais. No momento, o GT continua debruçado sobre os relatórios, inclusive os mais recentes apresentados pelo Sr. Rafael, da FIPE. Esse GT, aberto desde 2023, enfrentou dificuldades para acessar documentos solicitados. Menciona que seu grupo de pesquisa colabora com o GT-FIPE, com as doutoras Natasha e Elvira, e reforça que a participação permanece aberta a quem quiser contribuir. O Sr. Morvan observa que já estão no quarto ano de concessão e aguardam o relatório do terceiro (2024), ainda não divulgado. Ele defende que a declaração de vacância não deve depender da nomeação de novos membros, pois isso poderia atrasar os trabalhos. Segundo ele, o correto seria primeiro declarar a vacância, o que ajusta o quórum, e depois realizar o chamamento de novos integrantes. Também argumenta que o termo de cooperação não deve ser condicionado à entrada de novos membros, dado o caráter urgente do tema. O Sr. Licínio M. Rogério ressalta que o problema principal não é apenas de quórum, mas de falta de pessoas disponíveis para trabalhar efetivamente nos assuntos. A palavra é cedida a Sra. Natasha Berendonk Handam, da FIOCRUZ, onde informa que o GT do Grupo FIPE ainda enfrenta dificuldade para acessar os últimos relatórios da FIPE. Ela relata que o site disponibilizado pela AGENERSA para o verificador e certificador independente está fora do ar, tendo tentado acessá-lo diversas vezes sem sucesso. Ressalta que essa página deveria conter os relatórios atualizados e pede que a AGENERSA resolva o problema com urgência, para permitir o acompanhamento mensal adequado. Com a palavra, o Sr. Adacto Benedicto Ottoni, do Clube de Engenharia, aborda o cumprimento das metas pelas concessionárias de água e esgoto, ressaltando que elas devem garantir água potável, preservação dos mananciais e tratamento adequado dos esgotos, conforme a legislação ambiental. Defende que o grupo precisa de transparência e monitoramento efetivo, já que os relatórios técnicos podem mascarar problemas. Ele relata experiências de inspeções-surpresa em estações de tratamento, onde encontrou não conformidades, mesmo com relatórios oficiais indicando normalidade. Questiona a confiabilidade dos dados fornecidos pelas concessionárias, destacando que sistemas podem ser bem projetados, mas não funcionam corretamente por falhas de operação ou economia de custos. Ele sugere como medida central a implantação de monitoramento ambiental contínuo nos sistemas de água e esgoto. Recomenda sensores de vazão em estações elevatórias e em entradas e saídas de estações de tratamento, além de sensores simples de condutividade, pH e turbidez, para assegurar que todo esgoto coletado seja tratado. Defende que essas práticas, de baixo custo, poderiam ser recomendadas ao CONEMA e exigidas como regra, ampliando a fiscalização e a eficácia do saneamento. A Sra. Adriana Sotero lembra que já houve encaminhamento em reuniões anteriores para criar um GT voltado ao monitoramento ambiental, mas que não foi possível constituí-lo por falta de pessoas. Defende que esse grupo deveria verificar a qualidade das bacias hidrográficas, pois se elas estiverem limpas significa que as metas estão sendo cumpridas. Sugere que o trabalho do Sr. Adacto e seu grupo possa integrar esse GT. Também aponta falhas nos dados das concessionárias avaliados pela FIPE.



destacando que o IQA utilizado não corresponde ao previsto na legislação brasileira. O Sr. Adacto questiona a imprecisão dos dados e atribui isso à ineficiência dos órgãos de fiscalização, comparando a realidade brasileira com a norte-americana, onde há muitas severas e até interdições em caso de irregularidades. Ressalta que, no Brasil, há falta de recursos, estrutura e apoio político, o que compromete a fiscalização. Defende que o comitê deve enfrentar esses problemas de forma direta, propondo recomendações para fortalecer o controle e melhorar a fiscalização dos serviços de saneamento. Acrescenta que pretende trazer também sugestões relacionadas ao abastecimento de água. O Sr. João Ricardo relata que, em Vigário Geral, o esgoto do bairro Jardim América e de outras áreas segue direto para o Rio Meriti sem passar pela estação, citando que desde a inauguração a situação permanece a mesma. Rapidamente, o Sr. Adacto questiona como o saneamento pode funcionar dessa forma, e o Sr. João Ricardo responde que não funciona e defende que é preciso provar as irregularidades, mas que para isso é necessário resolver a questão da vacância e contar com mais pessoas para trabalhar. Ressalta que o grupo deve focar em casos exemplares, como o de Vigário, para demonstrar problemas que se repetem em outras localidades. Por fim, o Sr. Adacto expõe problemas graves relacionados ao abastecimento de água no estado do Rio de Janeiro. Ele cita um artigo feito em parceria com o professor Fabiano Thompson (UFRJ), baseado em dados de 2021, que apontam falhas no monitoramento da água potável. O programa Vigiágua, responsável pela fiscalização, deveria realizar contraprovas (turbidez, cloro residual e coliformes totais), mas muitas prefeituras não executam corretamente, ou sequer realizam, e quando fazem, revelam não conformidades. Ele critica a falta de estrutura e de atuação efetiva, ressaltando que a ausência de medidas coloca em risco a população. Aponta ainda situações em que mananciais apresentaram níveis extremamente altos de *Escherichia coli*, fora dos limites legais, e casos em que análises revelaram níveis de alumínio na água tratada até 10 vezes acima do permitido. Segundo Adacto, isso ocorre porque mananciais estão mais degradados e as concessionárias, para manter a operação, aumentam o uso de químicos como sulfato de alumínio, gerando riscos à saúde. Ele defende que o foco do comitê deve ser o monitoramento da qualidade da água bruta, tratada e distribuída, com análises históricas de três a cinco anos comparadas aos padrões legais. A partir disso, seria possível identificar não conformidades e cobrar providências dos órgãos de fiscalização (Vigiágua, órgãos ambientais ou INEA). Para Adacto, esse é o caminho básico e essencial para avaliar a eficácia do sistema de abastecimento e propor melhorias. O presidente João Ricardo lembra que, conforme encaminhado, o GT voltado ao monitoramento ambiental será criado na próxima reunião. Entretanto, a Sra. Adriana sugere já levantar quem gostaria de participar do GT e encaminhar essa definição desde já. Na sequência, o Sr. Anderson Ferreira de Rezende, da Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR), se coloca à disposição para integrar o GT. Logo, o presidente João Ricardo solicita que as pessoas interessadas em se inscrever no GT registrem seus nomes no chat. A Sra. Natasha relembra a importância dos dados apresentados pela FIPE em 2023, baseados nas informações fornecidas pela concessionária e divulgados no site da AGENERSA.



Destaca que, em dez meses de 2023, Pirai apresentou IQE fora do padrão, indicador que mede a eficiência do tratamento de esgoto, e que vários municípios também tiveram IQA fora do padrão. Ressalta que esses dados já foram discutidos em outras reuniões e constam nos relatórios da FIPE. Reafirma sua disponibilidade para continuar analisando essas informações e colaborar em outro GT. O Sr. João Ricardo informa que, diante dos problemas apresentados, o governo do Estado pretende vender a CEDAE na bolsa. Convida todos os membros dos comitês para participar, no dia 15 de maio, às 10h, de um ato de abraço à CEDAE em protesto contra a venda. Ressalta que a medida representa risco à saúde pública do Rio de Janeiro, considerando os problemas de água, esgoto e fiscalização. O convite é feito em nome do Sintsama e da Rede de Monitoramento de Água e Saneamento, destacando que caravanas de diversos municípios já estão confirmadas para o ato. O Sr. Morvan Nobre ressalta que os relatórios da FIPE analisam apenas a água produzida pelas concessionárias, que representa menos de 2% do volume total. Destaca que a água produzida pelos sistemas Guandu e Imunana-Laranjal, operados pela CEDAE, não está sendo monitorada quanto à qualidade. Explica que o acompanhamento atual se restringe a pequenos mananciais, como Rio Grande e Alto da Boa Vista. Defende que toda a água deve ser monitorada, inclusive produzida e tratada pela CEDAE, tanto na forma bruta quanto após o tratamento. Adriana Sotero confirma a criação do GT de monitoramento ambiental, informando os participantes, sendo eles: Sr. Anderson Ferreira de Rezende, da Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR, Sr. Adacto Benedicto Ottoni, do clube de Engenharia, Sra. Natasha Berendonk Handam, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e Sra. Elisa Sesana/Maricá/RJ, do Bloco 1. Destaca que o grupo já está constituído, mas pode ser ampliado, e propõe que seja feita uma resolução para formalizá-lo. O presidente João Ricardo lembra que a instalação do GT será pauta da próxima reunião, quando também poderão ser chamados novos membros. A Sra. Adriana Sotero reforça que, assim como os demais GTs, este poderá ser ampliado e que interessados, inclusive no grupo da FIPE, podem se inscrever pelo chat. A Sra. Mônica explica que, no momento, não consegue participar do grupo de trabalho devido a compromissos com laboratório e projeto de pesquisa, mas manifesta interesse em colaborar futuramente. Ela comenta que já tentaram criar um projeto de extensão para o comitê da Baía de Guanabara e questiona se algo semelhante seria viável. A presidente Adriana Sotero esclarece que o funcionamento ocorre por meio dos GTs e que não há recursos disponíveis, diferentemente da Baía de Guanabara, e a Sra. Mônica responde que sua proposta seria sem recursos, apenas para ter noção da viabilidade. Logo, o Sr. Adacto sugere incluir no GT uma avaliação do projeto da Águas do Rio de construir um cinturão no entorno da Baía de Guanabara. Ele levanta dúvidas sobre possíveis impactos negativos, como obstrução de rios, desvio de galerias pluviais e risco de inundações, destacando a importância de discutir o tema. Relaciona a proposta ao trabalho de extensão citado por Mônica. Em resposta, a Sra. Mônica comenta que no comitê da Baía de Guanabara o grupo de saneamento estava avançando bem, mas houve mudança de gestão, o que atrasou o andamento. Ressalta que ainda não houve nova reunião, mas que é possível retomar a análise do assunto. A Sra. Natasha



informa que, segundo a AGENERSA, os relatórios da FIPE agora estão disponíveis no site, na seção de regulação, item, produtos do verificador e certificador dos blocos 1 a 4. No entanto, destaca que o conteúdo está desatualizado, já que o último relatório é de dezembro de 2024. Informa que a AGENERSA se comprometeu a verificar e atualizar os dados o mais rápido possível. A palavra é cedida ao Sr. Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SEAERJ, que, por sua vez, sugere que o grupo de monitoramento avalie a destinação do lodo produzido pelas estações de tratamento de esgoto. Explica que a quantidade de lodo deve ser proporcional ao volume de esgoto tratado e questiona para onde esse material está sendo enviado, já que não há aterros específicos para lodo e os da COMLURB não o aceitam devido ao alto grau de impurezas. Lembra que houve tentativa de implantar um aterro em Caxias, mas não foi permitido. Destaca que a verificação é simples, basta solicitar ao INEA os locais autorizados para receber o lodo e os manifestos de carga correspondentes. Diante do exposto, fica encerrado o item “4. Assuntos Gerais.” da pauta.

Nada mais a tratar, o Sr. Licínio M. Rogério agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às 17 horas.



Licínio M. Rogério

Presidente do Bloco 1

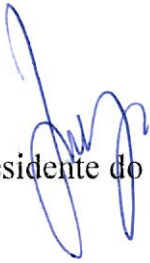


Eduardo Figueira

Presidente do Bloco 2



João Ricardo de Mattos



Presidente do Bloco 3



Documento assinado digitalmente

ADRIANA SOTERO MARTINS

Data: 10/12/2025 22:54:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriana Sotero Martins

Presidente do Bloco 4

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2025